

ENTREVISTA **ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA** Fiscalista e sócio fundador da RFF Advogados

“Não há fundamento sério para fim dos vistos gold, agora”

Antigo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais considera que não existe margem para um aumento da carga fiscal sobre as famílias, no OE2021. Mas admite que Governo lance novas “taxas e taxinhas”.

FILIPE ALVES

falves@jornaleconomico.pt

O que espera da proposta de Orçamento do Estado para 2021?

Tudo indica que o Governo não pretende promover alterações estruturais ou substanciais na vertente fiscal, apesar de a aprovação do mesmo se esperar com os votos da “geringonça”, e faz bem. O país dificilmente suportaria, no meio de uma recessão como esta, novos agravamentos da carga fiscal. Pelo contrário, espera-se algum desagrevamento fiscal para as empresas, em geral, em matérias por exemplo, de tributações autónomas ou em caso de prejuízos, o que vai no sentido correcto e que será o de ajudar as empresas a manter os postos de trabalho. Tal desiderato vai ser também atingido com o prolongamento das medidas especiais de alargamento no tempo do lay-off, com apoios directos da segurança social, por vias extrafiscais e de despesa pública.

Prevê a subida dos impostos para quem tem mais rendimentos?

Não parece existir espaço para mais aumentos da progressividade do IRS, nem para mais aumentos na tributação indirecta, embora aqui a tentação seja grande. Em alternativa, o que se irá assistir em 2021 e nos anos seguintes é a tentativa de colocar as ajudas financeiras de Bruxelas



a título de subsídios e subvenções a reverter, indirectamente que seja, para o OE, por via de candidaturas de empresas públicas, de grandes projectos de infraestruturas, de formação profissional promovida pelo IEFP, de candidaturas de órgãos da administração local, etc., etc, ou seja, cada vez mais Estado, aproveitando a “onda” dos dinheiros externos. Paradoxalmente, serão os dinheiros de Bruxelas a permitir algum não agravamento do nível da carga fiscal em 2021 em Portugal.

E das “taxas e taxinhas”?

Não estou certo que o Governo não seja tentado a aumentar as receitas e, se assim for, que não enverede também pela via mais fácil, politicamente

falando, das contribuições sectoriais, que poderão então ser agravadas e estendidas para sectores diversos com o argumento das externalidades negativas. Já representam, no seu conjunto, um dos impostos, mesmo que se lhes queira dar outro nome, mais geradores de receita. São as chamadas contribuições sectoriais para os sectores energético, bancário, florestal, farmacêutico e tantos e tantos outros criados e aprovados sem regras adequadas e sem que exista um controlo adequado e efectivo por parte do legislador, da doutrina ou dos tribunais, incluindo o Constitucional. Quem aprova o regime geral das contribuições financeiras que a Constituição prevê desde os anos 80?

Concorda com o fim dos vistos gold em Lisboa e Porto?

Não se encontra fundamento sério para aprovar essa medida agora. Vem do OE 2020 e só se justificará por razões ideológicas. Outro exemplo indesejável é o da criação de mais cerca de 600 freguesias, num sentido que se tinha conseguido inverter no tempo da troika, no âmbito das autarquias locais. Mas há outros exemplos da mesma natureza, é preciso dizê-lo, como o aumento previsível do salário mínimo com o argumento que não prejudica o emprego?

Se a economia não crescer ao nível esperado no próximo ano, Portugal ficará vulnerável?

Não me parece. Vai existir condescendência da União para com os países que estão a ser muito afectados pela pandemia. É, até, provável que a recuperação económica de Portugal seja mais lenta do que no resto das economias europeias. E desta posição mais “compreensiva” da UE decorrerá algum “beneplácito” também do BCE na compra de dívida pública portuguesa e que aguentarão as taxas de juro, acalmando os mercados e as agências de rating. Este efeito ainda irá durar alguns anos pelo que não deveremos voltar a passar um mau bocado tão cedo. Assim esperamos... mas será preciso agir e reagir! ●